

ATA DE REUNIAO

Aos 30 dias do mês de julho do ano de 2013, às 8h e 40 minutos, na escola Prof. Manuel Eduardo Pinheiro Campos, bairro da Sabiaguaba, reunidos para a 2ª reunião ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba, tendo como pauta: 1. explicação sobre a intervenção urbana (estrada) em Sabiaguaba; 2. atualização de informações sobre a Sede das UCs e projetos para Sabiaguaba (com recursos da Confederação Andina de Fomentos - CAF); 3. discussão sobre a revisão do "Plano de Manejo do PNMDS e APA da Sabiaguaba". A Dr. Agueda, Presidente do Conselho, abriu a reunião elogiando a presença dos conselheiros, pedindo desculpas pelo atraso do encontro, que deveria ter acontecido no dia 05 de julho. Apresentou a equipe da CPA - Coordenadoria de Políticas Ambientais, e os pontos da pauta: 1. em relação ao recurso para a construção da sede e outras atividades, haverá concurso público para o projeto da sede, que deverá atender as condições ambientais e estar pronto até o final do ano - para tanto, a SEUMA tem disponível três milhões destinados a projetos ambientais, haverá fiscalização para o atendimento da população através de denúncias, e o zelo com as UCs, haverá ainda a implantação de um CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres na região, considerando que o equipamento do IBAMA está sobrecarregado; 2. em relação à estrada da Sabiaguaba, a secretária aguardava resposta da SEINF sobre o projeto; 3. sobre o plano de manejo, ressaltou que precisa ser regulamentado, para tanto, deve ser revisado e finalizado, falou ainda sobre: 4. a certificação FATOR VERDE, que deve fazer com que o uso de energias renováveis seja obrigatório nas UCs, e de tornar a APA da Sabiaguaba uma referência, simbolizando a relevância que ela realmente tem para Fortaleza. Durante a conversa, alguns dos moradores, inclusive os barraqueiros da região, questionaram o papel da fiscalização ambiental, tema desencadeado por algumas irregularidades que a população observou, bem como por autuações lavradas, em operação recente da fiscalização da SEUMA, nas barracas de praia que não haviam firmado termo de compromisso na gestão municipal anterior. A sr. Lúcia, uma das barraqueiras, apontou que muito foi discutido na gestão municipal passada, os barraqueiros assinaram termos de compromisso, mas não chegaram a uma solução para as casas que se encontram dentro do parque. Ela receia que, com a nova gestão, possa haver algum problema ou obrigação de mudança da população da área. Ressaltou que muitos dos nativos estão lá muito antes das UCs terem sido definidas, como a sua barraca, que é legalizada pela SEMACE, IBAMA e SPU. Ela pediu pela solução desses problemas. Preocupações também relatadas por outros moradores, como o Sr. Rossimar, que tem um terreno dentro do parque, do qual nem foi indenizado, nem tem autorização para edificar. Relatou ainda que derrubaram uma casa dele dentro do parque, mas não derrubaram duas mansões próximas. Das queixas quanto a fiscalização, questionaram se os autuados estariam sendo tratados como "caminhosos", pois estavam descumprindo a lei de crimes ambientais, segundo as notificações, e se isso os prejudicaria, forçando-os a saírem da região, fecharem seus estabelecimentos ou serem detidos. Chegaram a imaginar, na gestão passada, que o plano de manejo das unidades da Sabiaguaba se tratava de um plano de "remanejo". A Dr. Agueda apontou que a fiscalização é necessária e está voltando para as unidades. Pediu que fossem feitas denúncias tanto para o caso de descato ou excesso de algum fiscal, como também das irregularidades encontradas na região. Pediu ainda que os barraqueiros autuados comparecessem a SEUMA para firmarem termos de compromisso. Relatou que a fiscalização ambiental é polícia administrativa e que vai cumprir a legislação ambiental. Durante o encontro, foram feitas diversas denúncias: invasão da área destinada a praça

da Sabiaguaba, com a construção de casas, invasões no mangue, acesso fechado à praia pelo clube da COFECO, construções irregulares em andamento, fechando as ruas, mesmo com embargo da PMF, acessos ao rio sendo fechados, uma construção na estrada da Sabiaguaba e a Indaia, que apresentam fluxo intenso de veículos pesados e provocam acidentes. Relataram ainda sobre a falta de estrutura e atendimento na região: o único serviço prestado é o de transporte escolar, a população infanto-juvenil, mulheres e idosos não têm assistência adequada, há pessoas sem serviço de água encanada. Os moradores ressaltaram ainda que têm medo de fazer denúncias e serem agredidos pelos denunciadores. Segundo o Sr. Rusty, a comunidade estava sendo tratada como marginal e desassistida, desabafou: "atue menos e atue mais". Eles destacaram ainda a importância da população da área, considerando que a APA não estaria como ela está hoje, caso os moradores não a tivessem conservado. Os barraqueiros falaram ainda que querem permanecer no local e ocupar a região de forma correta. Concorde com a necessidade de fiscalização organizada, analisando o que foi apontado sobre a comunidade. A Dr. Agueda disse que a SEUMA conhece a área e espera que seja um lugar melhor para viver, pediu que não vissem a atuação ambiental como punição, pois esta veio para somar no processo de melhoria da Sabiaguaba. Ressaltou que haverá mais reuniões para conhecer demandas e necessidades com o conselho, cuja função não é somente deliberar, mas também manter o contato com a comunidade. Além disso, é necessário finalizar o plano de manejo para garantir que todos os interesses sejam tratados. Apontou ainda que, na próxima reunião, haverá representantes da fiscalização. A Dr. Magda falou da ausência de políticas ambientais em Fortaleza, o quanto isso atrapalha a continuidade de programas e projetos e a importância do conselho gestor para defender a continuidade. Ela lembrou que a região possui três situações ambientais diferenciadas: APA, parque e APP, e que está sendo feito um levantamento histórico das imagens aéreas, onde se poderá constatar a presença dos moradores mais antigos à criação das unidades de conservação, em 2006. Na próxima reunião, esse levantamento será levado para discussão dos casos existentes e elaboração das ações, "sem isso, não se pode dizer quem vai ficar ou sair". Relatou ainda que é necessário detectar inconsistências no plano de manejo do ponto de vista urbanístico e ambiental e que a fiscalização será capacitada da melhor maneira possível para educar e não somente punir, considerando as informações necessárias que serão analisadas com o levantamento. A Sr. Thais falou que a fiscalização age por meio de denúncia e que é uma polícia administrativa, se há problemas em relação a criminosos, deverá ser acionada a unidade de polícia ambiental da polícia militar (BPMA/Batalhão de Polícia do Meio Ambiente) em conjunto com a fiscalização. Além disso, enfatizou a necessidade de capacitação da fiscalização. A Sr. Ilka enfatizou as palavras da Dr. Agueda, da importância do plano de manejo e de se chegar a uma definição, pois existem dúvidas entre a comunidade e os gestores. O Sr. Esio mencionou que a gestão atual está "pagando as contas" da gestão passada e que a fiscalização precisa de informação. O Sr. Esdras diz que os moradores conhecem melhor a região e que é necessário que a SER-VI esteja aberta a vir até a comunidade. A Sra. Aparecida diz que o prefeito Roberto Cláudio foi bem votado na Sabiaguaba, que as crianças e jovens são pouco assistidos. Faltava também assistência às mulheres e uma creche, mas que os moradores acreditavam na nova gestão. Relatou ainda entre os problemas: estacionamento irregular de carretas da Indaia, a quantidade de lixo e entulho na estrada da Sabiaguaba, perto do mangue e das dunas, cobrança de estacionamento em área pública, nos restaurantes "Tempero do Mangue" e da Genasa, presença de barracas em mau estado de conservação no rio Coco, ao lado da Jocélia, cercamento de área das dunas e mangue, no caminho para a Abreulândia, entre outras. Ela se comprometeu

junto com o conselho a enviar ofício à SEUMA, relatando irregularidades. O Sr. Esio e Dr. Agueda relataram sobre as dificuldades das secretarias em cumprir com o papel de fiscalização, considerando, por exemplo, o caso do restaurante Habibs, na margem da lagoa de Messejana, que se encontra em APP e está em funcionamento por meio de liminar judicial. O Dr. Gradvolh disse que o conselho é importante e que os termos de compromisso firmados vieram para mediar, mas não têm força de lei. Segundo ele, "lei é ferramenta, lei não é plano", era preciso solucionar legalmente os problemas da região e o primeiro passo é a revisão do plano de manejo, pois a falta de critério desordenou tudo. Era preciso definir, por exemplo, o número e tipo de barracas, bem como onde ficarão. Perguntou se foram elaborados critérios nas reuniões com a gestão passada e ressaltou que sem as reuniões não se chegaria a lugar algum. O Sr. Rossimar questionou então a validade do termo e a importância da comunidade que conhece bem o local, inclusive ele, que tem formação internacional em permacultura e *dragon dreaming*. O Sr. Gradvolh disse que o termo protege num determinado momento, mas é preciso que os critérios para região se tornem lei. O plano de manejo não era claro, apesar da qualidade dos profissionais que o elaboraram. Ressaltou que, na próxima reunião, fossem revisados os seus principais pontos, se está contemplando ou não a comunidade. O Sr. Esdras apontou que o plano não foi finalizado devido ao prazo, pois se passaram os cinco anos. Algumas deficiências foram encontradas pelo próprio plano, especialmente o fator social. Concordeu em tratar dos "furos" do plano nas reuniões e que é necessário um estudo aprofundado, considerando a riqueza e variedade de ecossistemas da região. Em seguida, foi apresentado o projeto inicial da estrada da Sabiaguaba pelo Sr. João Fernando, representante da SEINF. Ele explicou que é um projeto do Governo do Estado do Ceará, que manterá a atual estrada da Sabiaguaba e fará uma nova conexão com a Av. Maestro Lisboa, passando ao lado das dunas da Sabiaguaba, resguardando-as. O projeto, por enquanto, só tem o traçado, a seção da via apresentada tem caixa de 23,80 m, composta de dois leitos carroçáveis com 8,00 m cada, dois passeios de 2,50 m e canteiro central com ciclovia de 2,80 m, a pavimentação não estava definida, mas o Sr. João Fernando supõe que seja asfalto. O Sr. Esdras apontou que, apesar de resguardar as dunas, o traçado perpassa por área do parque, destinada a recuperação ambiental, separando as áreas preservadas e degradadas do parque. Disse também já ter visto o traçado há cerca de três anos atrás. A nova conexão com a Maestro Lisboa prevê um trevo, na altura da Igreja do Eusebio, próximo a R. do Sol. Outras denúncias foram feitas na região, a estrada passará pelo antigo barreiro, que corresponde a área degradada do parque, onde não é permitido escavar, mas aparecem caçambas à noite, e presença de lixo hospitalar da Prefeitura Municipal de Eusebio. O Sr. Gradvolh gostaria de fazer uma visita na área acompanhado de um dos conselheiros, e decidiram combinar um momento. A Dr. Magda ressaltou que a legislação ambiental brasileira permite o uso de áreas protegidas para obras de utilidade pública e que, durante as audiências do projeto, haja participação popular para mudar a situação da estrada. Alguns dos moradores da região enfatizaram a importância de preservação da fauna, notadamente os quelônios (tartarugas). Relataram da presença dos animais na região do Coko, dos beirais naturais e do cuidado que os próprios moradores têm com os animais. Nesse momento, a Dr. Agueda anunciou novamente que será feito um concurso de ideias para a implantação de um CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres na região e que as reuniões do conselho são abertas à comunidade. Dos encaminhamentos, o Conselho Gestor se comprometeu em apontar por ofício os principais problemas da região. Por agendamentos, determinou-se o dia 30 de agosto de 2013 para a 1ª reunião extraordinária e o dia 30 de setembro de 2013 para a 3ª reunião ordinária do Conselho Gestor. Na pauta da reunião de agosto, constarão: 1. apresentação

do levantamento histórico da região; 2. fiscalização nas UCs e 3. resposta às solicitações do ofício encaminhado pelo Conselho a SEUMA. Na pauta da reunião de setembro, constarão: 1. apresentação das propostas ambientais da SEUMA, em relação a Sabiaguaba; 2. apresentação do edital para o concurso de ideias para a Sede e Centro de Referência do PNMDS, bem como do edital para o Centro de Triagem de Animais Silvestres. Sem mais, eu, Thais Callou de Holanda, atesto que tudo o que ficou registrado é verdade.

Thais Callou de Holanda
Thais Callou de Holanda
Gerente da Célula Planejamento
e Gestão dos Sistemas Naturais
CPA/SEUMA - PMF